

CADERNO DE ENCARGOS

Consulta Prévia nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20º do CCP

“Aquisição de produtos químicos para tratamento da água das Piscinas e limpeza e desinfecção dos reservatórios de água municipais para o ano de 2025”

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.ª -Designação do Procedimento

1. Aquisição de produtos químicos para tratamento da água das Piscinas e limpeza e desinfecção dos reservatórios de água municipais para o ano de 2025, em conformidade com o previsto no presente caderno de encargos e no Código dos Contratos Públicos.

2. O caderno de encargos inclui todos os seus anexos, consideradas partes integrantes do mesmo.

Cláusula 2.ª | Objeto do Procedimento

1-O presente procedimento de aquisição tem como objeto principal o fornecimento de produtos químicos para tratamento da água das Piscinas e limpeza e desinfecção dos reservatórios de água municipais para o ano de 2025, com as seguintes características técnicas:

- Algicida (Tipo CTX-500/S) - Compostos de amónio quaternário; 7,5 %
- Tricloro Pastilhas 250gr (Tipo Aquasphere) -Sincloseno ou Ácido tricloroisocianúrico; 90% (com concentração mínima de Cloro ;90%) ;
- Hipoclorito de Cálcio (Tipo CTX 120) Hipoclorito de Cálcio; 100% (Com concentração mínima de cloro; 60%);
- Incrementador de pH sólido (Tipo Aquasfere Ph plus) -Carbonato de sódio; 100%;
- Floculante Tipo (CTX-41) - Sulfato hidróxido cloreto de alumínio; (25%)
- Hipoclorito de Cálcio pastilhas 250gr - (Hipoclorito C3);
- Cal Hidratada-Hidróxido de Cálcio.

2-As quantidades e características dos bens encontram-se identificadas no mapa de quantidades (anexo ao caderno de encargos).

Cláusula 3.ª -Entidade Pública Contratante

A Entidade Pública contratante é o Município de Alijó, sito na Rua General Alves Pedrosa, n.º 13, 5070-051 Alijó, com os números de telefone 259957100 e de fax 259959738 e com o endereço eletrónico geral@cm-alijo.pt.

Cláusula 4.ª -Fundamentação do tipo de Procedimento

1. O presente procedimento é por consulta prévia, fundamentado ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Cláusula 5.ª -Preço Base

Nos termos do disposto no n.º 1, do art.º 47º do CCP, o preço base, para fornecimento dos bens do presente procedimento (conforme mapa de quantidades em anexo) é de 10.148,80€ (dez mil cento e quarenta e oito euros e oitenta cêntimos) para entrega dos bens, acrescido do IVA à taxa legal em vigor,

Cláusula 6.ª -Preço Contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal de Alijó irá pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, até ao valor máximo de 10.148,80€ (dez mil cento e quarenta e oito euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de transporte e os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 7.ª -Consulta Preliminar

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.

2. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base da cláusula 5.ª (Preço base), em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.

3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

Cláusula 8.ª -Critério de Adjudicação

1- A adjudicação deverá ser feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada na modalidade referida alínea b) do número 1 do artigo 74º do CCP na sua versão atual, isto é, monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

2- Em caso de empate, considerando que não existem fatores e subfactores associados ao critério de adjudicação, o critério de desempate adotado será o método de sorteio em data e hora a definir pela entidade adjudicante.

Serão convidados a assistir ao sorteio, a realizar nas instalações da Câmara Municipal de Alijó, todos os concorrentes. O ato será praticado independentemente do número de concorrentes presentes. O sorteio será realizado pelos elementos que constituem o júri.

3- Para efeitos do disposto na alínea anterior, o júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da sua realização;

- a) A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;

- b) Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração;
- c) A ordenação das propostas, para efeitos de adjudicação, objeto do sorteio é indicada de acordo com a ordem da extração efetuada.

Cláusula 9.ª - Modo de Apresentação da Proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica ACINGOV (www.acingov.pt).

Cláusula 10.ª - Elementos da Proposta

1. Na proposta, o concorrente terá de respeitar as referências, por cada bem objeto do presente procedimento.
2. Na proposta, o concorrente deverá apresentar os seguintes elementos:
 - a) Preço unitário proposto, de acordo com o mapa de quantidades;
 - b) Indicação do valor global da proposta;
 - c) Declaração de prazo de entrega dos bens;
 - d) Ficha técnica individualizada de cada bem.
3. A proposta deve mencionar expressamente que ao preço acresce o IVA à taxa legal em vigor.
4. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes, elaborada em papel timbrado da empresa.
5. Conforme o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º a proposta é também constituída pela Declaração do anexo I ao CCP, na sua redação atual.
6. Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 11.ª - Prazo para Manutenção da Proposta

Nos termos do artigo 65.º do CCP, o concorrente é obrigado a manter a proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 12.ª - Exclusão das Propostas

São excluídas propostas caso se verifique qualquer uma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

Cláusula 13.ª - Requisitos do Fornecimento

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a) A entrega dos bens objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no mapa de quantidades do presente caderno de encargos e da proposta adjudicada;

- b) O fornecimento será efetuado segundo indicação escrita da Câmara Municipal de Alijó, através do envio de um pedido de fornecimento para a totalidade dos bens enumerados no mapa de quantidades, e a entrega referida é da responsabilidade e por conta do adjudicatário, nas instalações do Complexo das Piscinas Municipais, acompanhadas da respetiva guia de remessa, no prazo máximo de 5 dias a contar da data de adjudicação.

2. A autorização para a entrega dos bens será emitida pela Unidade Orgânica Flexível Administrativa e Financeira através do envio ao adjudicatário de uma requisição.

3. A entrega dos bens dará origem à emissão de uma fatura que deverá fazer referência ao número do respetivo pedido de fornecimento/nota de encomenda ou requisição.

Cláusula 14.ª - Faturação e Condições de Pagamento

1. A faturação será efetuada após a entrega dos bens, conforme condições estipuladas neste Caderno de Encargos.

2. As faturas terão de coincidir rigorosamente com a requisição dos bens emitida pela Câmara Municipal de Alijó, quer em valor, quer na descrição do fornecimento.

3. O pagamento será efetuado após aceitação da fatura, no prazo de 30 dias.

Cláusula 15.ª - Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador do fornecimento o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, exceto se a situação se enquadrar no previsto na cláusula 16.ª.

2. Caso não se enquadre no ponto mencionado anteriormente, o Município reserva-se o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sendo obrigação do adjudicatário pagar uma indemnização ao adjudicante que pode variar de 5% a 15% do valor adjudicado, sendo que nos incumprimentos parciais, por cada dia de atraso a coima a pagar ao Município seja de 0,5% do valor contratual.

3. Na determinação da gravidade dos incumprimentos ter-se-á em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

Cláusula 16.ª - Casos de Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 17.ª - Resolução por parte do Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o incumprimento por parte do fornecedor de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite à entidade adjudicante proceder à resolução do contrato, devendo para o efeito transmitir a sua decisão por escrito, nos termos da cláusula 20.ª deste Caderno de Encargos.
2. A resolução do contrato produz efeitos a partir da data que se fixar na respetiva notificação, sendo que esta data não poderá ser anterior à data da receção, pelo destinatário, da referida notificação.
3. A resolução do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ou faltas ocorridas durante a execução do mesmo.

Cláusula 18.ª -Resolução por parte do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, o incumprimento por parte da Câmara Municipal, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite ao adjudicatário proceder a resolução do contrato, devendo para o efeito transmitir a sua decisão por escrito, nos termos da cláusula 20.ª.
2. Caso seja fundamentada, a resolução do contrato produz efeitos 30 dias após a receção da respetiva notificação, salvo se o incumprimento se reporte a montantes em dívida já vencidos e neste caso a entidade adjudicante cumpra as obrigações em atraso, no prazo dos 30 dias.

Cláusula 19.ª -Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo fornecedor depende da autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual.

Cláusula 20.ª -Comunicações e Notificações

1. Todas as notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes à outra parte, deverão ser efetuadas por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Sempre que se verifique qualquer alteração, mesmo que pontual ou temporária, deverá ser obrigatoriamente dado conhecimento à entidade adjudicante, com a máxima urgência.

Cláusula 21.ª -Dever de Sigilo

1. O fornecedor/prestador de bens e serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação, relativa à entidade adjudicante, de que possa vir a ter conhecimento, decorrente da execução do contrato.
2. A informação coberta pelo dever de sigilo não pode ser transmitida a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor/prestador de bens e serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 22.ª -Caução

Não é exigível a prestação de Caução, nos termos do n.º 2 do art.º 88º do CCP.

Cláusula 23.ª – Contrato

1. Nos termos da subalínea i) da alínea c) do n.º 1 do artigo 95º do CCP não é exigível a redução do contrato a escrito.

2. De acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 96.º do CCP, independentemente da redução ou não a escrito, fazem parte integrante do contrato:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

Cláusula 24.ª -Proteção de dados pessoais

1. Cada Parte deve cumprir com as disposições aplicáveis do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - Regulamento (UE) 2016/679 de 27 de abril de 2016, doravante definido como RGPD, ou outras leis aplicáveis em matéria de proteção de dados.

2. Todos e quaisquer dados pessoais, tal como definidos no RGPD, recebidos do Município de Alijó pelo Adjudicatário no âmbito da presente contratação, serão considerados como dados pessoais dos quais o respetivo responsável pelo tratamento, tal como definido no RGPD, será o Município de Alijó, atuando o Adjudicatário como subcontratante, tal como definido pelo RGPD.

3. O Adjudicatário declara que avaliou os riscos inerentes ao tratamento de dados pessoais ora previstos e que consegue assegurar de forma adequada, tendo em conta o risco envolvido, a implementação e execução de medidas técnicas e organizativas que satisfaçam os requisitos do RGPD e a defesa dos direitos do titular dos dados.

4. Salvo se expressamente previsto no contrato, ou mediante autorização escrita do Município de Alijó, o Adjudicatário não pode recorrer aos serviços de quaisquer terceiros para proceder ao tratamento, total ou parcial, de dados pessoais de que o Município de Alijó seja o responsável pelo tratamento e a que tenha acesso no âmbito da presente contratação. Caso pretenda recorrer a um subcontratante, o Adjudicatário terá de obter uma autorização prévia, por escrito, do Município de Alijó. Este pedido de autorização deve incluir detalhes sobre a respetiva identificação, a localização do subcontratante, a duração, natureza e âmbito do tratamento a ser realizado por este e as categorias de dados pessoais a serem tratados. Quando o Subcontratante não cumprir suas obrigações no âmbito do presente contrato e da legislação

nacional aplicável em matéria de proteção de dados, o Adjudicatário permanecerá integralmente obrigado perante o Município de Alijó pelo desempenho de tais obrigações não executadas ou executadas defeituosamente.

5. O Adjudicatário obriga-se, ainda, a cumprir todas as disposições que seguem:

- a) Obriga-se a tratar os Dados Pessoais apenas e só para efeitos de execução do contrato e cumprimento de obrigações legais ou judiciais.
- b) Obriga-se a conservar e usar os Dados Pessoais única e estritamente pelo tempo necessário, seja pelo tempo de execução do contrato ou enquanto for necessário para o cumprimento de obrigações legais ou judiciais.
- c) Obriga-se a implementar e manter medidas técnicas organizativas adequadas a preservar e proteger os Dados Pessoais.
- d) Obriga-se ao dever de guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alijó, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com execução do contrato.
- e) A obrigação de confidencialidade ora assumida manter-se-á mesmo após a cessação do contrato.
- f) A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, salvo por obrigação legal, nem ser objeto de qualquer uso ou modelo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- g) Obriga-se a notificar o Município de Alijó no prazo de 24 horas após o conhecimento de qualquer violação de medidas de segurança técnica e organizativas que tenham afetado ou possam afetar os Dados Pessoais obtidos no âmbito do presente contrato, por escrito para o seguinte endereço de correio eletrónico: geral@cm-alijo.pt e confirmada por carta registada com aviso de receção, com a indicação "CONFIDENCIAL" no sobrescrito, e dirigida ao Município de Alijó, Rua General Alves Pedrosa, n.º 13, 5070-051 Alijó.
- h) Obriga-se a assegurar que os seus colaboradores que tenham acesso aos Dados Pessoais, no âmbito do presente contrato, estão sujeitos a obrigações contratuais ou legais de confidencialidade sejam informados da natureza confidencial dos dados e que recebam formação adequada em matéria de cuidados a ter no tratamento de Dados Pessoais.
- i) Havendo redução do contrato a escrito o Adjudicatário, e se aplicável o Subcontratante, expressamente autorizam a transmissão e publicação dos seus dados pessoais ao Portal Base.Gov, Diário da República, bem como a outras entidades oficiais intervenientes no âmbito da contratação pública.

6. O prestador/adjudicatário é responsável pelos danos causados no Tratamento de Dados Pessoais que realize no âmbito do presente contrato.

Cláusula 25.ª -Adjudicação por Lotes

A presente Consulta Prévia fica dispensada do número 2 do artigo 46ºA do CCP, uma vez que o valor do preço base é inferior a 135.000,00 €.

Cláusula 26.ª -Gestor do Contrato

O Gestor do Contrato é o Técnico Superior Mário André Alves Ribeiro Sampaio, Chefe de Divisão da UOF da Cultura, Educação Saúde, Desporto e Juventude.

Cláusula 27.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 28ª - Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, aplica-se o disposto no CCP, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

O Presidente da Câmara



José Rodrigues Paredes